

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº..... DE 2023

(Do Sr. Vinicius Carvalho)

Requer, nos termos do artigo 164, incisos I e II do RICD, a declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.166, de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Alguns motivos nos levam a requerer a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1166, de 2020 e passamos a mencioná-los.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados estipula que:

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

I - por haver perdido a oportunidade;

II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.

Conforme estipula o projeto, as medidas que nele são propostas aplicam-se ao já superado estado de calamidade pública e do objeto do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, ato normativo que não mais encontra-se vigente.

Observe o que está posto em seu artigo 1º (nosso grifo):

“Os juros para o crédito rotativo do cartão de crédito e todas as demais modalidades de crédito ofertadas por meio de cartões de crédito e para a linha de crédito do cheque especial não poderão exceder a 30% a.a. (trinta por cento ao ano) **durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**”.

“Os limites de crédito disponíveis em 20 de março de 2020 não poderão ser reduzidos **até o final do estado de calamidade pública.**” (art. 1º, §3º)



São diversos os dispositivos que deixam clara a aplicação de medida pretérita, impossível de retroagir, ancoradas em uma norma, qual seja o Decreto Legislativo nº 6/20, que perdeu a sua eficácia em 31 de dezembro de 2020, ou seja, do mesmo ano de sua edição (art. 1º). Até mesmo o estado de emergência sanitária relacionado à COVID-19 se encerrou em abril de 2022.

Este parlamento aprovou diversas medidas para lidar com aquele desafiador momento decorrente da pandemia de COVID-19 e que resta, felizmente, superado.

A proposição segue trazendo evidências de que medidas por ela propostas aplicam-se ao período de vigência do mencionado Decreto que não mais pertence ao nosso ordenamento jurídico.

“Fica vedada a cobrança de multas e juros por atraso no pagamento das prestações de operações de crédito concedidas por instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional elencadas nos incisos III a V do art. 1º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, inclusive na modalidade de cartão de crédito, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.” (art. 3º)

“Fica vedada a cobrança de juros e multas por atraso no pagamento de compras diretas de produtos e serviços, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (art. 4º).

“O Conselho Monetário Nacional regulamentará o limite de juros para o crédito rotativo do cartão de crédito e todas as demais modalidades de crédito ofertadas por meio de cartões de crédito para o período posterior ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020” (art. 9º).

Como resta evidente nos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 9º da proposição principal, são estipuladas medidas a serem aplicadas “durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”, ato normativo que se encontra superado tanto pela perda de seu objeto quanto pelo término do seu prazo de vigência.

O próprio Presidente da Câmara dos Deputado em despacho exarado em 02.06.2021 ao Requerimento n. 560/2021, reconheceu a necessidade de arquivamento da proposição (nosso grifo):



“Defiro parcialmente o Requerimento n. 560/2021, para declarar prejudicados, com fundamento no art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), os Projetos de Lei ns. 1.395/2020, 1.117/2020, **1.166/2020**, 1.766/2020, 1.874/2020, 2.123/2020, 2.236/2020, 2.470/2020, 2.901/2020, 3.092/2020, 3.227/2020 e 3.544/2020, tendo em vista o esgotamento dos efeitos do reconhecimento, pelo Decreto Legislativo n. 6/2020, do estado de calamidade em decorrência da pandemia da covid19. Arquivem-se, uma vez esgotado in albis o prazo recursal previsto no § 2º do mesmo art. 164 do RICD. Publique-se. Oficie-se”

Sobre o mesmo tema trazido pelo Projeto de Lei nº 1166/2020, qual seja a proposta de tabelamento de juros de cartão de crédito e do cheque especial durante o período da pandemia, foram arquivados as seguintes proposições por força do art. 164, inciso I, do Regimento Interno que compartilhavam do mesmo propósito:

- Projeto de Lei 1395/2020 – do Deputado CAPITÃO AUGUSTO – que “estabelece que a taxa de juros cobrada pelos bancos e instituições financeiras em financiamentos, cartão de crédito e cheque especial, não podem superar a taxa Selic estabelecida pelo Banco Central durante o período em que durar o estado de calamidade, nas modalidades de pessoa física ou jurídica”;

- Projeto de Lei 2123/2020 – do Deputado ALEXANDRE FROTA – que “estabelece limites de cobrança de juros, multa e correção monetária, para o atraso no pagamento de crédito e utilização de limites de cheque especial enquanto durar os efeitos do decreto legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, e dá outras providências”;

- Projeto de Lei 2236/2020 – do Deputado ALEXANDRE FROTA – que “estabelece limites de cobrança de juros, multa e correção monetária, para o atraso no pagamento de crédito e utilização de limites de cheque especial enquanto durar os efeitos do decreto legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, e dá outras providências”;

- Projeto de Lei 3544/2020 – do Deputado GERVÁSIO MAIA – que “dispõe sobre direitos básicos dos usuários de cartões de crédito durante o período da pandemia provocada pelo COVID-19 e de vigência dos efeitos de Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020”.

Além disso, o entendimento de que as matérias relacionadas ao período do estado de calamidade pública estão superados é atestado por despacho da Presidência da Câmara dos Deputados sobre o Ofício n. 87/2022-CSSF/DECOM/CD, em decorrência do Requerimento nº 119/2022 – da então denominada Comissão de Seguridade Social e Família que requereu a “declaração de prejudicialidade das proposições relacionadas à COVID-19 em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família com eventual perda de objeto”. Por força desse pedido foram declarados prejudicados 270 proposições trazendo as mais diversas medidas aplicáveis ao período da pandemia de COVID-19. Anexamos o referido Requerimento 119/2022.



Vemos uma sequência de proposições em árvore de apensados atinente à matéria que estão Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA. Dentre eles, algumas propostas que, de forma semelhante, pretendiam estipular medidas para aplicação durante o estado de calamidade pública:

- Projeto de Lei 1328/2020 – DO SENADO FEDERAL – que “suspende, durante 120 (cento e vinte) dias, os pagamentos das obrigações de operações de créditos consignados em remunerações, salários, proventos, pensões e benefícios previdenciários, de servidores e empregados, públicos e privados, ativos e inativos, bem como de pensionistas”;

- Projeto de Lei 2866/2020 – do Deputado ARNALDO JARDIM – que “institui medidas de caráter emergencial para a concessão de linhas de crédito pelo governo federal”;

- Projeto de Lei 1748/2020 – do Deputado FRANCISCO JR. – que “suspende a partir de 20/03/2020 a 20/06/2020 as multas contratuais”;

- Projeto de Lei 3327/2023 – do Deputado POMPEO DE MATTOS – que “autoriza a suspensão, durante 180 (cento e oitenta) dias, dos pagamentos das obrigações de operações de créditos consignados em remunerações, salários, proventos, pensões e benefícios previdenciários, de servidores e empregados, públicos e privados, ativos e inativos, bem como de pensionistas”;

- Projeto de Lei 965/2020 – do Deputado JOSENILDO RAMOS – que “dispõe sobre a suspensão temporária de contratos de crédito consignado firmados entre aposentados e/ou pensionistas e instituições financeiras, além do perdão da dívida dos referidos contratos quando as parcelas pagas alindam o montante mínimo equivalente ao valor histórico do empréstimo”;

- Projeto de Lei 1155/2020 – do Deputado PROFESSOR JOZIEL – que “dispõe sobre a suspensão dos descontos nos benefícios de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social de valores referentes a operações de créditos consignados, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19)”

- Projeto de Lei 1290/2020 – do Deputado TITO – que “altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e acresce dispositivo que suspende a cobrança de empréstimos constituídos por beneficiários do INSS, durante a vigência da calamidade pública”;

- Projeto de Lei 987/2020 – do Deputado JOSÉ GUIMARÃES – que “dispõe sobre a suspensão dos descontos nos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações ou benefícios de valores referentes a



empréstimos consignados contratados por empregados, aposentados, pensionistas e servidores públicos”;

- Projeto de Lei 1479/2020 – do Deputado POMPEO DE MATTOS – que “estabelece a suspensão por 120 (cento e vinte) dias da cobrança dos empréstimos consignados dos trabalhadores e aposentados”;

- Projeto de Lei 1782/2020 – do Deputado JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO – que “suspende de forma transitória a Lei nº 10.820/2003, e o Decreto Nº 8.690, de 11 de março de 2016, enquanto durar a pandemia do Covid- 19, e dá outras providências”;

- Projeto de Lei 1785/2020 – do Deputado WLADIMIR GAROTINHO – que “dispõe sobre a suspensão do desconto de empréstimos consignados de servidores públicos, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, como medida excepcional, após a decretação do Estado de Calamidade pública Nacional, em virtude da SARSCOV12 (COVID-19)”

- Projeto de Lei 1918/2020 – do Deputado FÁBIO TRAD – que “autoriza, durante o período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, que sejam suspensos os pagamentos de empréstimos consignados contratados por militares”;

- Projeto de Lei 2605/2020 – do Deputado LÉO MARAES – que “suspende os descontos consignados em folha de pagamento durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”;

- Projeto de lei 2721/2020 – do Deputado ZÉ NETO – que “suspende temporariamente, por noventa dias, a cobrança das parcelas relativas a contrato de empréstimo consignado contratado por servidor público federal, mediante a inserção de um novo art. 45-A na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”, e dá outras providências”;

- Projeto de Lei 2882/2020 – do Deputado DELEGADO ANTONIO FURTADO – que “suspende os descontos de empréstimos consignados dos funcionários públicos e privados da área de segurança, saúde, sistema prisional, sócio-educativo e limpeza enquanto durar o decreto federal de calamidade pública decorrente do novo coronavírus - Covid-19”;

- Projeto de Lei 3153/2020 – do Deputado CÉLIO STUDART – que “determina, em todo território nacional, a suspensão das cobranças dos empréstimos consignados contraídos por servidores públicos por 120 (cento e vinte) dias em decorrência do estado de calamidade pública do novo coronavírus (COVID-19)”;



- Projeto de Lei 3310/2020 – do Deputado VICENTINHO – que “suspende, por 120 (cento e vinte) dias, os pagamentos das operações de crédito que especifica, em razão da pandemia de coronavírus (Covid-19)”.

- Projeto de Lei 3795/2020 – do Deputado EDUARDO DA FONTE – que “Suspende a cobrança de empréstimos consignados, conforme determina, pelo tempo em que perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 (novo coronavírus)”;

- Projeto de Lei 3805/2020 – da Deputada JAQUELINE CASSOL – que “Dispõe sobre a suspensão dos empréstimos consignados de servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, como medida excepcional a ser adotada enquanto perdurar o Decreto nº 06, de 20 de março de 2020, que decretou estado de calamidade pública nacional em decorrência do coronavírus”;

- Projeto de Lei 4353/2020 – da Deputada JÉSSICA SALES – que “suspende, em razão da pandemia pelo COVID-19, o pagamento de parcelas provenientes de operações de crédito consignado, e dá outras providências”;

- Projeto de Lei 1436/2021 – do Deputado JOSÉ GUIMARÃES – que “dispõe sobre a suspensão, durante a pandemia do COVID-19, dos descontos nos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações ou benefícios de valores referentes a empréstimos consignados contratados por empregados, aposentados, pensionistas e servidores públicos”;

- Projeto de Lei 1078/2020 – da Deputada CLARISSA GAROTINHO – que “altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 com o intuito de suspender a cobrança de empréstimos consignados enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID19)”;

- Projeto de Lei 1154/2020 – do Deputado CAMILO CAPIBERIBE – que “dispõe sobre a suspensão do desconto salarial de empréstimo consignado em folha de pagamento durante o estado de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”;

- Projeto de Lei 1257/2020 – do Deputado JHC – que “acrescenta o artigo 6º-C à lei 10.820/2003 para suspender as parcelas dos empréstimos feitos com base naquela lei enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”;

- Projeto de Lei 1500/2020 – do Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO – que “dispõe sobre a suspensão do desconto de empréstimo consignado



como medida excepcional de enfrentamento da calamidade pública decretada em virtude do COVID-19”;

- Projeto de Lei 1656/2020 – da Deputada MARA ROCHA – que “suspende o desconto de empréstimo consignado deduzido de qualquer vencimento do utilizador, enquanto durar o estado de calamidade pública devido à pandemia do Coronavírus (covid-19), reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”;

- Projeto de Lei 1725/2020 – da Deputada CELINA LEÃO – que “dispõe sobre a suspensão, pelo período em que perdurar o estado de emergência e calamidade pública declarada em decorrência da pandemia COVID-19 no Brasil, a cobrança dos empréstimos consignados contraídos junto às instituições financeiras”;

- Projeto de Lei 1812/2020 – do Deputado FÁBIO HENRIQUE – que “suspende temporariamente os pagamentos de empréstimos consignados por pessoas físicas”;

- Projeto de Lei 1989/2020 – da Deputada REJANE DIAS – que “altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestação em folha de pagamento para dispor sobre a suspensão do pagamento de parcelas de empréstimos consignados em folha de pagamento enquanto durar o estado de calamidade pública e dá outras providências”;

- Projeto de Lei 2249/2020 – do Deputado CLEBER VERDE – que “altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 com o intuito de suspender a cobrança de empréstimos consignados POR PARTE DE TODOS OS AGENTES FINANCEIROS (BANCOS, COOPERATIVAS DE CRÉDITOS) enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”;

- Projeto de Lei 2277/2020 – do Deputado MARRECA FILHO – que “SUSPENDE POR QUATRO MESES O PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS”;

- Projeto de Lei 2309/2020 – do Deputado EXPEDITO NETTO – que “autoriza que, durante o período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, seja suspensa a exigibilidade de pagamentos de empréstimos consignados”;

- Projeto de Lei 1408/2021 – do Deputado DANIEL ALMEIDA – que “dispõe sobre a suspensão do pagamento de operações de crédito contraídas com desconto em folha para os trabalhadores que tiveram redução de jornada de trabalho e consequente reduções de salários”;

- Projeto de Lei 1745/2020 – do Deputado FRANCISCO JR. – que “concede a redução proporcional das obrigações assumidas antes de



20/03/2020 aos trabalhadores contemplados pelo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – MP 936/2020”;

Como bem atesta o despacho proferido, tratam-se de matérias que não mais se justificam como é o caso do Projeto de Lei nº 1166/2020, restando evidente que a medida proposta pelo projeto a ser aplicada ao já superado período de vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020 perdeu seu objeto e oportunidade.

Portanto, não resta dúvida quanto a necessidade de aplicação do disposto no art. 164, inciso I do Regimento Interno desta Casa, ao Projeto de Lei nº 1166/2020.

Além disso, o art. 28 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, traz também a necessidade de prejudicialidade com base no inciso II do art. 164 do RICD.

Ante o exposto, nos termos regimentais apontados e em decisões mencionadas, requeremos a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.166, de 2020.

Sala da Comissão, de de 2023.

Datado e assinado eletronicamente

VINICIUS CARVALHO

Deputado Federal - Republicanos/SP



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
REQUERIMENTO Nº , DE 2022
(Da Sra. Carmen Zanotto)

Aprovação: 30/08/2022 04:20:36 SFCDO
REQ.m 1719/2022

Requer a declaração de prejudicialidade das Proposições relacionadas à COVID-19 em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família com eventual perda de objeto.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base nos termos regimentais a declaração, de prejudicialidade das proposições relacionadas à COVID-19 em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família com eventual perda de objeto, de acordo com Estudo realizado pela consultoria legislativa desta casa, datado de 02 de junho de 2022, a pedido desta comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Foi solicitada para a Consultoria Legislativa desta casa a elaboração de Estudo para “identificação das proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família relacionados à COVID-19 com perda de objeto, dado o atual estágio da pandemia e as medidas já implementadas, de modo a propor a prejudicialidade, nos termos do artigo 164 do Regimento Interno da Casa”.

A partir do resultado, solicitamos a declaração de prejudicialidade das proposições que foram listadas no Estudo. tendo em vista as informações, é possível declarar a prejudicialidade superveniente das proposições cujos efeitos circunscrevem-se ao período do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



Emergência em Saúde Pública de Importância NACIONAL; e/ou que propõem alterações na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, exceto nos arts. 3º, 3º-A, 3º-B, 3º- C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, 3º-G, 3º-H e 3º-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas de acordo com a tabela I do estudo).

E ainda considerando a previsão de declaração de prejudicialidade “por haver perdido a oportunidade” (inc. I, art. 164, do RICD), a tabela II, do referido estudo, traz proposições que tratam de ordem de prioridade para vacinação contra COVID19, que em razão do atual momento do processo de imunização da população brasileira, salvo melhor juízo, não mais se justificam

Sala das Sessões, em de 2022

Deputada **CARMEN ZANOTTO**
CIDADANIA/SC



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



Anexo

Tabela I – Proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família, cujos efeitos circunscrevem-se ao período do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e da Emergência em Saúde Pública de Importância NACIONAL; e/ou que propõem alterações na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, exceto nos arts. 3º, 3º-A, 3º-B, 3º- C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, 3º-G, 3º-H e 3º-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas.

Proposição	Ementa	Autor	Situação na CD	Data Última Ação	Última Ação	Último Relator Designado
PDL 131/2020	Susta os efeitos da Resolução nº 1, de 26 de março de 2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2019, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.	Luciano Ducci	CSSF - Aguardando Parecer	07/04/2021	CSSF - Designada Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO)	Flávia Morais - CSSF - 07/04/2021
PDL 348/2020	Susta os efeitos da Resolução nº 405, de 22 de julho de 2020, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que determina a apresentação de receituário médico para venda do medicamento Ivermectina.	Junio Amaral	CSSF - Aguardando Designação de Relator	17/05/2022	CSSF - Devolvida pela Relatora sem Manifestação.	Carla Dickson - CSSF - 08/04/2021
PL 834/2020	Concede aos usuários residenciais de baixa renda dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário e de distribuição de energia elétrica a opção pelo diferimento do pagamento dos débitos correspondentes às	Arlindo Chinaglia	Apensado ao PL 729/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL- 729/2020	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



	faturas vencidas ou a vencer no período de situação emergencial de saúde pública causada pela pandemia do vírus Covid-19, e dá outras providências.					
PL 885/2020	Dispõe sobre a proibição da suspensão do fornecimento de energia elétrica e dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário por inadimplência dos usuários residenciais durante a vigência da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo coronavírus, alterando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Mariana Carvalho	Apensado ao PL 695/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-695/2020	-
PL 913/2020	Insere dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para estabelecer mecanismos de apoio da União aos Municípios enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional.	Rubens Otoni	CSSF - Pronta para Pauta	10/08/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 11/08/2021)	Alexandre Padilha - CSSF - 08/04/2021
PL 945/2020	Altera a Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, para a autorizar a destinação, por Estados, Distrito Federal e Municípios, de valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa a ações de resposta ao coronavírus (Covid-19).	Juscelino Filho	CSSF - Aguardando Parecer	27/05/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 28/05/2021)	Hiran Gonçalves - CSSF - 26/05/2021
PL 984/2020	Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, relativas a suspensão da cobrança para os profissionais de saúde pública de tarifas de transporte público coletivo de passageiros, em todas as suas modalidades, operados por empresas públicas ou privadas.	Perpétua Almeida	CSSF - Pronta para Pauta	12/08/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 13/08/2021)	Carmen Zanotto - CSSF - 26/05/2021
PL 1118/2020	Estabelece medidas de proteção e garantia de renda para catadores de material	Carlos Gomes	Apensado ao PL 670/2020	-	-	-



	reciclável em face da decretação de estado de calamidade provocada pela COVID-19 .					
PL 1134/2020	Estabelece garantia de emprego ou pagamento de seguro-desemprego às empregadas domésticas, aos empregados de micro e pequenas empresas e aos pescadores artesanais.	Carlos Veras	CSSF - Aguardando Parecer	10/06/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 11/06/2021)	Alexandre Padilha - CSSF - 09/06/2021
PL 1152/2020	Dispõe sobre o fornecimento gratuito de Álcool em Gel e Máscaras de Proteção Individual pelo Sistema Único de Saúde SUS durante a Pandemia de Covid-19.	Delegado Antônio Furtado	CSSF - Aguardando Designação - Aguardando Devolução de Relator que deixou de ser Membro	27/04/2022	CSSF - (Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Felício Laterça, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	Felício Laterça - CSSF - 01/09/2021
PL 1210/2020	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o abono anual no âmbito do Programa Bolsa Família, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o abono anual do Benefício de Prestação Continuada.	João H. Campos	Apensado ao PL 6370/2019	-	-	-
PL 1253/2020	Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Teleodontologia, com o objetivo de operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes da epidemia de COVID-19.	Patricia Ferraz	CSSF - Aguardando Parecer	27/05/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 28/05/2021)	Adriana Ventura - CSSF - 26/05/2021
PL 1292/2020	Veda o reajuste de tarifas de energia elétrica, água, esgoto e telecomunicações durante o ano de 2020 e dá outras providências.	Helder Salomão	Apensado ao PL 729/2020	-	-	-
PL 1307/2020	Dispõe sobre a suspensão da comprovação de vida durante o período de vigência da declaração de emergência em saúde	Celso Sabino	CSSF - Aguardando Designação de Relator	10/05/2022	CSSF - Devolvida pela Relatora sem Manifestação.	Celina Leão - CSSF - 26/05/2021



	pública de que trata o § 2º do art. 1º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.					
PL 1310/2020	Dispõe sobre a concessão do auxílio-doença de que a trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, durante o estado de calamidade pública aprovado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Pompeo de Mattos	CSSF - Aguardando Parecer	27/05/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 28/05/2021)	Silvia Cristina - CSSF - 26/05/2021
PL 1336/2020	Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos pescadores, aquicultores e marisqueiras do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia do COVID- 19, durante o período de vigor do estrado de calamidade pública no país, e dá outras providências.	José Airton Félix Cirilo	CSSF - Aguardando Designação de Relator	27/04/2022	CSSF - (Instalação da Comissão) O Relator, Dep. André Fufuca, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	André Fufuca - CSSF - 26/05/2021
PL 1386/2020	Dispõe sobre a proibição de suspensão de fornecimento de energia elétrica e de água às unidades consumidoras residenciais em razão de inadimplemento das faturas relativas ao consumo.	Celso Sabino	Apensado ao PL 695/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL- 695/2020	-
PL 1418/2020	Autoriza, durante o período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus, que seja deduzido do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas as doações a fundos estaduais de saúde ou a hospitais universitários estaduais ou federais que organizem campanha de arrecadação para combate à COVID-19.	Fábio Trad	Apensado ao PL 1016/2020	-	-	-
PL 1422/2020	Suspende a cobrança e proíbe o corte, pelo período que determina, a cobrança por parte das concessionárias de serviço público de telefonia, luz, água, internet e gás.	Glaustín Fokus	Apensado ao PL 834/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL- 834/2020	-
PL 1478/2020	Determina a suspensão da exigibilidade do recolhimento de contribuições previdenciárias por parte de Estados, Distrito Federal e Municípios, e de suas	Mário Negromonte Jr.	Apensado ao PL 1459/2020	14/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL- 1459/2020	-



	autarquias e fundações públicas, incluindo os parcelamentos vigentes.					
PL 1503/2020	Dispõe sobre a proibição do corte de energia elétrica, água, serviços de telefonia e internet às famílias que se encaixam na lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	Amaro Neto	Apensado ao PL 695/2020	18/05/2022	MESA - Encerramento automático do Prazo de Recurso 18/05/2022 22:40:44. Não foram apresentados recursos.	-
PL 1528/2020	Dispõe sobre a suspensão das cobranças e proibição de corte, por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica e água, das taxas de consumo pelo período que determina, para templos de qualquer culto e associações sem fins lucrativos.	Glaustin Fokus	Apensado ao PL 1511/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1511/2020	-
PL 1609/2020	Autoriza deduções do valor do imposto devido, durante o período de estado de calamidade pública, por pessoa jurídica, às doações para combate à pandemia do Coronavírus.	Gildenemyr	Apensado ao PL 1016/2020	-	-	-
PL 1611/2020	Altera a Lei n.º 9.532, de 1997, a fim de aumentar o limite de deduções do valor do imposto devido, durante o período de estado de calamidade pública, por pessoas físicas apuradas as doações para combate à pandemia do Coronavírus.	Gildenemyr	Apensado ao PL 1016/2020	-	-	-
PL 1615/2020	Determina a licença de trabalhadores incluídos nos grupos de risco do COVID-19, grávidas e puérperas em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Marília Arraes	CSSF - Aguardando Parecer	11/08/2021	CSSF - Aprovado requerimento n. 264/2021 da Sra. Carmen Zanotto que requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 1615/2020, que "Determina a	Carmen Zanotto - CSSF - 26/05/2021



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



					licença de trabalhadores incluídos nos grupos de risco do COVID-19, grávidas e puérperas em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020".	
PL 1667/2020	Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para autorizar a prática da telemedicina veterinária durante o estado de calamidade pública em decorrência da Covid-19.	Celso Sabino	CSSF - Pronta para Pauta	15/09/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 16/09/2021)	Adriana Ventura - CSSF - 09/06/2021
PL 1695/2020	Inclui o art. 19-A na Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, para instituir o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Emergencial, enquanto durar a situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Zé Silva	CSSF - Aguardando Designação - Aguardando Devolução de Relator que deixou de ser Membro	27/04/2022	CSSF - (Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Dr. Leonardo, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	Dr. Leonardo - CSSF - 01/09/2021
PL 1698/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento das faturas de energia elétrica das unidades consumidoras classificadas como residenciais.	Edna Henrique	Apensado ao PL 973/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-973/2020	-
PL 1733/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir que os contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, possam destinar recursos do Imposto de Renda ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para que, em pareceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Saúde (MS) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) possam desenvolver pesquisa de cunho científico e/ou	Geninho Zuliani	Apensado ao PL 1300/2020	12/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1300/2020	-



	tecnológico relacionadas ao enfrentamento da Covid-19 e suas consequências.					
PL 1764/2020	Dispõe sobre o funcionamento do comércio no Brasil durante a Pandemia de Covid-19.	Delegado Antônio Furtado	CSSF - Aguardando Parecer	13/10/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 14/10/2021)	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - CSSF - 11/10/2021
PL 1828/2020	Acrescenta artigo à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019" para considerar como insalubre o exercício de atividades consideradas essenciais durante o período da pandemia covid-19.	Professor Joziel	CSSF - Aguardando Parecer	06/05/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 07/05/2021)	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - CSSF - 05/05/2021
PL 1833/2020	Dispõe sobre a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de equipamentos de proteção individual necessários para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19). Explicação: Altera a Lei nº 10.925 de 2004.	Luiz Carlos Motta	Apensado ao PL 1115/2020	11/03/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1115/2020	-
PL 1864/2020	Dispensa a apresentação de pedido médico para a realização de exame laboratorial em rede particular para detecção do Coronavírus.	Marreca Filho	CSSF - Aguardando Parecer	27/05/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 28/05/2021)	Pedro Westphalen - CSSF - 26/05/2021
PL 1894/2020	Dispõe sobre registro temporário de médicos brasileiros formados no exterior.	Luciano Ducci	Apensado ao PL 2045/2020	11/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2045/2020	-
PL 1905/2020	Dispõe sobre a suspensão temporária da exigência do Processo Produtivo Básico - PPB para os produtos que especifica	Marcelo Ramos	CSSF - Aguardando	10/05/2022	CSSF - Devolvida pela Relatora sem Manifestação.	Celina Leão - CSSF - 26/05/2021



	durante o período de calamidade pública em decorrência da pandemia do Covid-19.		Designação de Relator			
PL 1910/2020	Institui o Adicional de Insalubridade Extraordinário de Combate ao COVID-19 aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias durante o estado de calamidade de saúde pública, e dá outras disposições.	Dr. Leonardo	Apensado ao PL 1402/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1402/2020	-
PL 1911/2020	Prevê a prorrogação da renovação de licença sanitária durante o estado de calamidade pública provocada pela pandemia do Coronavírus (COVID-19).	Vinicius Farah	CSSF - Aguardando Designação de Relator	27/04/2022	CSSF - (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Daniela do Waguinho, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	Daniela do Waguinho - CSSF - 26/05/2021
PL 1929/2020	Estabelece que as despesas de sepultamento das vítimas da doença denominada Covid 19 sejam arcadas pelos municípios onde ocorrer o falecimento.	Alexandre Frota	Apensado ao PL 1662/2020	15/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1662/2020	-
PL 1960/2020	Dispõe sobre a isenção excepcional do pagamento, por prazo inicial de noventa dias, da tarifa de energia elétrica, aos consumidores integrantes das classes que especifica, durante a constância do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 06, de 20 de março de 2020, em decorrência da pandemia internacional ocasionada pela infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).	Carlos Sampaio	Apensado ao PL 729/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-729/2020	-
PL 1983/2020	Dispõe sobre a flexibilização das obrigações de locatários que tenham sofrido perda de renda decorrente de pandemia do Coronavírus (Covid-19) e altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para, provisoriamente, descaracterizar	Gil Cutrim	Apensado ao PL 1623/2020	15/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1623/2020	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



	determinadas condutas como infração da ordem econômica.					
PL 1999/2020	Altera a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), para autorizar a emissão de receituário pelo médico da telemedicina.	Luis Tibé	CSSF - Aguardando Designação de Relator	10/05/2022	CSSF - Devolvida pela Relatora sem Manifestação.	Celina Leão - CSSF - 26/05/2021
PL 2044/2020	Dispõe sobre desconto incidente sobre parcela de consumo destinada à atividade de irrigação e aquicultura das unidades consumidoras classificadas na Classe Rural durante o período de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Explicação: Altera a Lei nº 13.979, de 2020	Mário Negromonte Jr.	Apensado ao PL 973/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL- 973/2020	-
PL 2045/2020	Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, sobre a realização emergencial do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA) e Contratação durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.	Perpétua Almeida	Apensado ao PL 1780/2020	11/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL- 1780/2020	-
PL 2088/2020	Dispõe a garantia de manutenção do acesso aos serviços relativos ao Serviço Móvel Pessoal - SMP e ao Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Explicação: Altera a Lei nº 9.998, de 2000.	Orlando Silva	Apensado ao PL 1537/2020	-	-	-
PL 2091/2020	Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, da suspensão do	Newton Cardoso Jr	Apensado ao PL 695/2020	-	-	-



	fornecimento de energia elétrica, por inadimplência, às pessoas jurídicas que atuem no setor de eventos, enquanto durar o estado de calamidade pública no país, em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19).					
PL 2092/2020	Dispõe sobre a proibição da suspensão do fornecimento de energia elétrica, às empresas que atuem no setor industrial de consumo não eletrointensivo, enquanto vigorar o decreto federal de calamidade pública no país, em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Newton Cardoso Jr	Apensado ao PL 695/2020	-	-	-
PL 2104/2020	Determina ao Ministério da Saúde que emita registro especial a todos os médicos brasileiros formados no exterior que participaram do Programa Mais Médicos por no mínimo um ano e dá outras providências.	Alan Rick	Apensado ao PL 2045/2020	11/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2045/2020	-
PL 2129/2020	Dispõe sobre a gratuidade do transporte público coletivo para profissionais de saúde vinculados ao SUS, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.	Dr. Sinval Malheiros	Apensado ao PL 984/2020	-	-	-
PL 2132/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para que, durante a situação de emergência de saúde pública causada pela covid-19, o faturamento da demanda de energia elétrica dos consumidores atendidos em alta tensão seja realizado considerando-se apenas a demanda medida.	Hercílio Coelho Diniz	Apensado ao PL 729/2020	-	-	-
PL 2151/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para estabelecer	Felipe Rigoni	Apensado ao PL 1622/2020	-	-	-



	medidas que aumentam a transparência das informações relativas à covid-19.					
PL 2162/2020	Autoriza, na vigência da situação de emergência de saúde pública relacionada à pandemia da Covid-19, a contratação simplificada de médicos residentes no Brasil com diplomas expedidos no exterior.	Fernanda Melchionna	Apensado ao PL 2045/2020	11/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2045/2020	-
PL 2191/2020	Dispensa os estudantes da educação básica do cumprimento de frequência escolar mínima, enquanto durar a situação de emergência em saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, autoriza as instituições de ensino a realizar exame de proficiência para fins de aprovação escolar, e dá outras providências.	Mário Heringer	CSSF - Aguardando Parecer	27/05/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 28/05/2021)	Adriana Ventura - CSSF - 26/05/2021
PL 2198/2020	Veda qualquer norma que venha a limitar a pessoa com transtorno do espectro autista a sair às ruas, devidamente acompanhado (a), durante o período do Decreto de Calamidade Pública nº 06, de 2020.	Paula Belmonte	CSSF - Aguardando Parecer	10/06/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 11/06/2021)	Adriana Ventura - CSSF - 09/06/2021
PL 2206/2020	Prevê que médicos brasileiros formados no exterior possam exercer a medicina no país durante o período que perdurar a pandemia do COVID19.	Jaqueline Cassol	Apensado ao PL 2045/2020	11/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2045/2020	-
PL 2223/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para estabelecer a preferência de compra de produtos fabricados no Brasil.	Roberto de Lucena	CSSF - Aguardando Parecer	10/06/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 11/06/2021)	Alexandre Padilha - CSSF - 09/06/2021
PL 2225/2020	Dispõe sobre a liberação para profissionais de medicina atuarem em todo o território nacional durante a vigência da situação de emergência em saúde pública reconhecida pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de	Mário Heringer	CSSF - Aguardando Parecer	30/06/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 01/07/2021)	Hiran Gonçalves - CSSF - 29/06/2021



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



	2020, Explicação: Altera a Lei nº 3.268 de 1957.					
PL 2264/2020	Proíbe o faturamento de energia elétrica pela média aritmética ou por estimativa de consumo, a fim de possibilitar a autoleitura do medidor de energia no período de enfrentamento à calamidade pública decorrente do COVID-19, considerando a vigência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Danlei de Deus Hinterholz	Apensado ao PL 2132/2020	-	-	-
PL 2270/2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Clínicas de diálise que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuarem de forma coordenada no combate à pandemia do Coronavírus.	Carmen Zanotto	CSSF - Pronta para Pauta	01/12/2021	CSSF - Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), pela aprovação, com substitutivo.	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - CSSF - 09/06/2021
PL 2271/2020	Altera a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), para tratar do uso da telemedicina na Saúde Suplementar e no seguimento clínico de pacientes do Sistema Único de Saúde	Carmen Zanotto	CSSF - Pronta para Pauta	03/11/2021	CSSF - Parecer da Relatora, Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), pela aprovação deste, do PL 2472/2020, e do PL 2541/2020, apensados, com substitutivo.	Paula Belmonte - CSSF - 05/05/2021
PL 2301/2020	Garante o acesso dos pacientes afetados em estado grave pela COVID 19 a todos os leitos hospitalares públicos e privados das Unidades de Tratamento Intensivo-UTIs, estabelece que o Poder Público estadual ou municipal, bem como do Distrito Federal assumirão a regulação dos leitos de UTIs dos hospitais privados de sua jurisdição, enquanto durar o período de vigência de estado de emergência em saúde pública de importância nacional, conforme estabelecido	Daniel Almeida	Apensado ao PL 1254/2020	13/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1254/2020	-



	na Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 e dá outras providências.					
PL 2302/2020	Dispõe sobre a caracterização de acidente de trabalho no caso de profissionais de saúde e segurança pública que estejam trabalhando diretamente nas políticas de enfrentamento à pandemia da Covid-19, durante o estado de emergência em saúde pública de importância nacional.	Dra. Soraya Manato	Apensado ao PL 1612/2020	13/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1612/2020	-
PL 2333/2020	Dispõe sobre a criação da Fila Única Emergencial para Gestão de Leitos Hospitalares, abrangendo os sistemas público e privado, a fim de assegurar a utilização, controle e gerenciamento pelo Sistema Único de Saúde de toda capacidade hospitalar instalada no país, com o objetivo de garantir acesso universal e igualitário à rede hospitalar frente à pandemia do novo coronavírus.	Fernanda Melchionna	Apensado ao PL 1254/2020	13/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1254/2020	-
PL 2342/2020	"Dispõe sobre realização de testes rápidos, distribuição de máscaras de tecido e álcool gel antisséptico, gratuitamente, por parte do Ministério da Saúde e Sistema Único de Saúde - SUS - enquanto perdurar os efeitos da pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2)".	Gervásio Maia	Apensado ao PL 1152/2020	12/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1152/2020	-
PL 2357/2020	Prorroga o auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982/2020.	José Guimarães	Apensado ao PL 2283/2020	-	-	-
PL 2441/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para dispor sobre a dispensa de licitação para o fretamento de aeronaves de empresas aéreas nacionais desde que necessário ao transporte de profissionais de saúde, equipamentos, insumos e material para testagem, objetivando o combate ao COVID-19.	Jandira Feghali	CSSF - Pronta para Pauta	04/11/2021	CSSF - Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.	Carmen Zanotto - CSSF - 17/06/2021



PL 2472/2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos planos e seguros de saúde ofertarem atendimento remoto/telemedicina durante a vigência da situação de emergência de saúde pública e do estado de calamidade pública relacionados à pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).	Sâmia Bomfim	Apensado ao PL 2271/2020	25/03/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2271/2020	-
PL 2531/2020	Amplia o AUXILIO EMERGENCIAL instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, até o final da vigência dos efeitos do Decreto de Calamidade Pública – Decreto Legislativo Federal nº 06, de 20 de março de 2020 (31.12.2020).	Frei Anastacio Ribeiro	Apensado ao PL 2283/2020	26/05/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF.	-
PL 2541/2020	Determina que operadoras de planos de saúde autorizem a realização de teleconsultas e consultas online para seus consumidores enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19).	Célio Studart	Apensado ao PL 2271/2020	25/03/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2271/2020	-
PL 2548/2020	Dispõe sobre a formação de lista única para ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) da rede hospitalar pública e privada em decorrência do Covid19.	Tereza Nelma	Apensado ao PL 1254/2020	13/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1254/2020	-
PL 2579/2020	Reduz a zero, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1115/2020	11/03/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1115/2020	-
PL 2609/2020	Acrescenta o art. 6º-E à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência	Lucio Mosquini	Apensado ao PL 2045/2020	11/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2045/2020	-



	de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para permitir a contratação de médicos brasileiros formados no exterior não possuidores de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).					
PL 2636/2020	Acrescenta os §§3º e 4º ao art. 4º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre mecanismos no sentido de permitir maior transparência e fiscalização dos gastos públicos no período da pandemia do COVID-19 e dá outras providências. Explicação: ,	Paula Belmonte	Apensado ao PL 2180/2020	-	-	-
PL 2661/2020	Autoriza o uso de medicamento novo promissor, em desenvolvimento, ainda sem registro na Anvisa, ou já registrado para indicação clínica diversa, mediante expresso consentimento do paciente ou responsável e da outras providências.	Alê Silva	Apensado ao PL 5336/2019	-	-	-
PL 2668/2020	Dispõe sobre práticas de atenção emergencial a pessoas residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos, em razão do estado emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19-).	Fernanda Melchionna	Apensado ao PL 2054/2020	23/08/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2054/2020	-
PL 2685/2020	Dispõe sobre as medidas temporárias a serem observadas, em razão do COVID-19, até 30 de junho de 2021, pelas concessionárias de serviço público de energia, e dá outras providências.	Jéssica Sales	Apensado ao PL 695/2020	08/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-695/2020	-



PL 2691/2020	Obriga as empresas provedoras de internet a oferecer gratuitamente a seus clientes pacote básico mínimo de 5GB por mês, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19.	Chiquinho Brazão	Apensado ao PL 1036/2020	-	-	-
PL 2758/2020	Estabelece um percentual de 20% de todos os prêmios de loterias de prognósticos não reclamados por seus ganhadores no prazo legal para o Fundo Nacional de Saúde.	Alexandre Frota	Apensado ao PL 1396/2020	14/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1396/2020	-
PL 2759/2020	Estabelece um percentual de 10% (dez por cento) de toda a arrecadação dos valores com loterias de prognósticos seja destinado ao Fundo Nacional de Saúde	Alexandre Frota	Apensado ao PL 1396/2020	14/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1396/2020	-
PL 2799/2020	Dispõe sobre a higienização das mãos nas entradas de estabelecimentos comerciais, manufatureiros e de serviços durante a emergência de saúde pública motivada pela Covid-19.	Maria Rosas	CSSF - Aguardando Designação de Relator	28/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF.	Guiga Peixoto - CDEICS - 20/05/2021
PL 2862/2020	Institui o Programa Emergencial de Distribuição de Cesta Básica de Alimentos às famílias de baixa renda para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	Vinicius Farah	Apensado ao PL 1666/2020	14/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1666/2020	-
PL 2893/2020	Dispõe sobre a possibilidade de que o primeiro módulo de aperfeiçoamento dos médicos participantes seja realizado tanto presencialmente quanto, durante o período de vigência do estado de calamidade	Eduardo Costa	CSSF - Aguardando Parecer	06/05/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 07/05/2021)	Hiran Gonçalves - CSSF - 05/05/2021



	pública decorrente da Covid-19, a distância. Explicação: Altera a Lei nº 12.871, de 2013.					
PL 2905/2020	Estabelece, como gasto emergencial, o pagamento de auxílio funeral aos dependentes de segurado de baixa renda filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que tenha falecido em razão de covid-19 durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).	Bosco Costa	Apensado ao PL 2164/2020	15/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2164/2020	-
PL 2915/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	Guilherme Derrite	CSSF - Aguardando Parecer	02/09/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 03/09/2021)	Pedro Westphalen - CSSF - 01/09/2021
PL 2916/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	Guilherme Derrite	CSSF - Aguardando Designação de Relator	10/05/2022	CSSF - Devolvida pela Relatora sem Manifestação.	Celina Leão - CSSF - 05/05/2021
PL 2924/2020	Autoriza durante o período da pandemia da COVID-19 o registro, a fabricação e comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI por empresas com outros objetos sociais, adota procedimento simplificado de certificação pela ANVISA e dá outras providências.	Mauro Nazif	CSSF - Aguardando Parecer	02/09/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 03/09/2021)	Carmen Zanotto - CSSF - 01/09/2021
PL 2926/2020	Determina que abrigos de proteção animal não poderão ter a prestação dos serviços públicos de energia elétrica, gás, saneamento básico e telecomunicações interrompida durante a pandemia de COVID-19.	Célio Studart	Apensado ao PL 695/2020	-	-	-



PL 3065/2020	Institui o Programa Emergencial de Apoio ao Grupo de Risco durante o estado de calamidade pública decorrente do coronavírus (Covid-19) para os fins que especifica, e dá outras providências.	Tiago Dimas	Apensado ao PL 2469/2020	15/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2469/2020	-
PL 3143/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o ressarcimento dos serviços de atendimento à saúde prestados a beneficiários de planos de saúde em instituições integrantes do Sistema Único de Saúde, durante o estado de calamidade pública relacionado à pandemia da COVID-19.	Felipe Rigoni	CSSF - Aguardando Parecer	02/09/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 03/09/2021)	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - CSSF - 01/09/2021
PL 3154/2020	Altera a Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar que o Ministério da Saúde inclua nos dados públicos informações relativas a cor e a raça das pessoas suspeitas de contaminação, contaminadas, hospitalizadas e falecidas em decorrência da covid-19.	Fernanda Melchionna	Apensado ao PL 2726/2020	-	-	-
PL 3161/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar o envio de informações atualizadas e diárias ao Congresso Nacional sobre a evolução da Covid-19	André Figueiredo	Apensado ao PL 2151/2020	-	-	-
PL 3165/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas à educação básica pública a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	Idilvan Alencar	Apensado ao PL 3892/2020	27/09/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-3892/2020	-



PL 3171/2020	Dispõe sobre a divulgação e inclusão do Painel de Informações da Covid-19 do número acumulado de mortes e de casos confirmados da doença pelo Poder Legislativo.	Cássio Andrade	Apensado ao PL 3161/2020	-	-	-
PL 3210/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para assegurar a transparência das informações acerca da situação dos profissionais de saúde.	Célio Studart	Apensado ao PL 2151/2020	-	-	-
PL 3252/2020	Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), para dispor sobre a contratação de médico brasileiro graduado em instituição de educação superior estrangeira, mediante revalidação temporária e emergencial dos diplomas de graduação em medicina.	Bacelar	CSSF - Aguardando Parecer	19/08/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 20/08/2021)	Hiran Gonçalves - CSSF - 18/08/2021
PL 3382/2020	Proíbe a venda em estabelecimentos farmacêuticos de medicamentos com o princípio ativo corticoide dexametasona sem receita médica	Perpétua Almeida	CSSF - Aguardando Parecer	11/10/2021	CSSF - Designado Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR)	Hiran Gonçalves - CSSF - 11/10/2021
PL 3416/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para destinar, ao Fundo Nacional de Saúde, no exercício de 2020, o valor equivalente a 15% (quinze por cento) do montante destinado aos prêmios das loterias de prognósticos numéricos, para fins de financiamento das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional	Ruy Carneiro	Apensado ao PL 3042/2020	11/03/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-3042/2020	-



	decorrente da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid-19).					
PL 3469/2020	Dispõe sobre a divulgação dos gastos relacionados à pandemia Covid-19 pelos entes subnacionais que recebam recursos federais.	Dra. Soraya Manato	Apensado ao PL 2807/2020	-	-	-
PL 3470/2020	Fixa em 10% a alíquota do imposto de renda incidente sobre os valores resgatados em planos de benefícios de caráter previdenciário pagos por entidades de previdência complementar e sociedades seguradoras, enquanto vigorar o estado de calamidade pública reconhecido no Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Carlos Chiodini	CSSF - Pronta para Pauta	29/10/2021	CSSF - Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela rejeição deste, e do PL 2266/2021, apensado.	Leandre - CSSF - 01/09/2021
PL 3499/2020	Estabelece a possibilidade de realização de estágio supervisionado do curso de Psicologia em atendimento a profissionais de saúde que estejam atuando no tratamento de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus.	Rogério Peninha Mendonça	CSSF - Aguardando Parecer	19/08/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 20/08/2021)	Afonso Hamm - CSSF - 18/08/2021
PL 3551/2020	Dispõe sobre ações emergenciais para o covid-19 no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, de que trata a Lei nº 11.947, de 2009, devido ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Idilvan Alencar	Apensado ao PL 3165/2020	27/09/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-3165/2020	-
PL 3660/2020	Dispõe sobre a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e prisional e dá outras providências.	Erika Kokay	Apensado ao PL 978/2020	-	-	-
PL 3662/2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de testes para diagnóstico da Covid 19 nas instituições de longa	Sergio Vidigal	Apensado ao PL 2403/2020	15/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2403/2020	-



	permanência para idosos, públicas, filantrópicas ou privadas.					
PL 3666/2020	Dispõe sobre a concessão de benefícios aos profissionais autônomos do transporte escolar, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Zé Silva	Apensado ao PL 3246/2020	-	-	-
PL 3688/2020	Autoriza deduções do valor do imposto devido, durante o período de estado de calamidade pública, por pessoa jurídica, às doações para combate à pandemia do Coronavírus.	Gildenemyr	Apensado ao PL 1016/2020	-	-	-
PL 3756/2020	Estabelece obrigatoriedade da oferta de coleta de exames diagnósticos de COVID-19 (SARS-CoV-2) em domicílio para idosos, pessoas com dificuldade de locomoção e pessoas do grupo de risco da doença. Explicação: Obrigatoriedade, coleta, Teste de detecção, coronavírus, residência, idoso, Pessoa com mobilidade reduzida, grupo de risco, calamidade pública, pandemia.	Sergio Vidigal	Apensado ao PL 2403/2020	15/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2403/2020	-
PL 3815/2020	Dispõe sobre o Auxílio Inclusão Digital.	Tereza Nelma	Apensado ao PL 3501/2020	-	-	-
PL 3936/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor do transporte coletivo escolar e de turismo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.	Helder Salomão	Apensado ao PL 3246/2020	-	-	-
PL 4153/2020	Concede isenção dos tributos federais que especifica, incidentes sobre as receitas dos laboratórios de análises clínicas com a realização de exames para a detecção da Covid-19, durante a vigência da situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020,	Rubens Bueno	CSSF - Aguardando Parecer	26/08/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 27/08/2021)	Pedro Westphalen - CSSF - 25/08/2021



	decorrente da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde .					
PL 4163/2020	Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial para os transportadores de alunos de estabelecimentos escolares e universitários, bem como direito a suspensão do pagamento das prestações de financiamento de veículos automotores utilizados para o seu trabalho e renegociação de dívidas junto as instituições financeiras, a qual terá duração pelo mesmo período que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Luizão Goulart	Apensado ao PL 3246/2020	-	-	-
PL 4169/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de transporte escolar a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências.	Jerônimo Goergen	Apensado ao PL 3246/2020	-	-	-
PL 4216/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de transporte de turismo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências.	Jerônimo Goergen	Apensado ao PL 3936/2020	19/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-3936/2020	-
PL 4317/2020	Suspende a aplicação dos reajustes das tarifas de energia elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica durante a vigência do estado de calamidade pública relacionado à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Tereza Nelma	Apensado ao PL 1292/2020	26/05/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1292/2020	-
PL 4389/2020	Institui o Programa de Estímulo ao Empreendedor e Combate à Fome -	Christino Aureo	Apensado ao PL 1666/2020	-	-	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



CD237497898500

ExEdit

	Programa Primeiro Prato - e dá outras providências.					
PL 4832/2020	Dispõe sobre a impossibilidade de interrupção ou suspensão dos serviços considerados essenciais por atraso no pagamento, em razão da calamidade em saúde pública reconhecida pelo Estado Brasileiro, e dá outras providências.	Jéssica Sales	Apensado ao PL 2685/2020	-	-	-
PL 4874/2020	Cria o Programa de prevenção de acidentes por intoxicação e queimaduras no período de pandemia de coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.	Marina Santos	CSSF - Pronta para Pauta	09/12/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 10/12/2021)	Carla Dickson - CSSF - 25/08/2021
PL 5600/2020	Estabelece prazos e diretrizes para vacinação da população brasileira contra a pandemia de Covid-19.	Marcelo Freixo	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 60/2021	Dispõe sobre incentivos fiscais para operações com seringas e agulhas. Explicação: Altera a Lei nº 10.865, de 2004.	Luiz Carlos Motta	CSSF - Aguardando Parecer	23/06/2021	CSSF - Designado Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS)	Pedro Westphalen - CSSF - 23/06/2021
PL 202/2021	Institui novo Auxílio Emergencial Estendido com vigência até 31/12/2021, e dá outras providências.	Sidney Leite	Apensado ao PL 5514/2020	12/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5514/2020	-
PL 230/2021	Todos pelo Esporte - Estabelece a prioridade máxima para a vacinação de atletas olímpicos brasileiros contra a Covid 19.	Alexandre Frota	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 878/2021	Insere, onde couber, na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a autorização ao Poder Executivo de contratação de médicos estrangeiros para o enfrentamento da pandemia.	Aliel Machado	Apensado ao PL 2071/2020	11/10/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2071/2020	-



Tabela II - Proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família, que tratam de ordem de prioridade para vacinação contra COVID-19,

Proposição	Ementa	Autor	Situação na CD	Data Última Ação	Última Ação	Último Relator Designado
PL 1158/2020	Altera a Lei nº 6259, de 30 de outubro de 2020, que dispõe de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para garantir o acesso gratuito a equipamentos de proteção individual, a vacinas e a exames de detecção a todos os profissionais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, durante o período de pandemia do vírus COVID-19-Corona vírus.	Capitão Augusto	CSSF - Aguardando Designação de Relator	24/11/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, com as proposições PL-2405/2020, PL-2493/2020, PL-3269/2020, PL-3793/2020 apensadas.	Celso Russomanno - CSPCCO - 14/04/2021
PL 2469/2020	Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre os grupos de riscos da Covid-19, na forma que especifica.	João H. Campos	Apensado ao PL 1615/2020	15/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1615/2020	-
PL 5600/2020	Estabelece prazos e diretrizes para vacinação da população brasileira contra a pandemia de Covid-19.	Marcelo Freixo	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 2818/2021	Determina a aplicação de terceira dose ou reforço de imunizante contra a Covid-19 causada pelo novo coronavírus (Lei Tarcísio Meira).	Weliton Prado	CSSF - Aguardando Parecer	30/09/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 01/10/2021)	Dr. Zacharias Calil - CSSF - 29/09/2021



PL 3793/2020	Estabelece procedimentos para acompanhamento e verificação das regras de prioridade para fazer testes de diagnóstico da Covid-19 para profissionais essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública.	Vinicius Carvalho	Apensado ao PL 1158/2020	24/11/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1158/2020	-
PL 1210/2021	Estabelece diretrizes gerais de planejamento e execução de política de vacinação pública, utilizando como base o plano operacional das eleições brasileiras com fins de imunização coletiva, em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal, como forma de enfrentamento da emergência de saúde pública do coronavírus (Covid-19), altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e, dá outras providências.	Delegado Pablo	CSSF - Aguardando Designação de Relator	27/04/2022	CSSF - (Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Felício Laterça, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	Felício Laterça - CSSF - 19/05/2021



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



CD237497898500

PL 4174/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fixar diretrizes que orientem a vacinação e cobertura contra o covid-19.	Julio Cesar Ribeiro	CSSF - Pronta para Pauta	07/07/2021	MESA - Deferido o Requerimento n. 1.467/2021, conforme o seguinte teor: "Defiro o Requerimento n. 1.467/2021, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Assim, desapensem-se o Projeto de Lei n. 4.174/2020 e apensados do Projeto de Lei n. 2.112/2021 e, em seguida, desapensem-se os Projetos de Lei n. 936, 1.405, 1.865, 2.113 e 2.162, todos de 2021, do Projeto de Lei n. 4.174/2020 e se os apensem ao Projeto de Lei n. 2.112/2021. Em consequência, submeta-se o Projeto de Lei n. 4.174/2020 a parecer das Comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD), à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, do RICD) e ao regime de prioridade (art. 151, II, do RICD). Publique-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PROJETO DE LEI N. 4.174/2020: CSSF, CFT (art. 54, RICD) e CCJC (Art. 54, RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de Tramitação: prioridade (Art. 151, II, do RICD).]"	Aline Gurgel - CSSF - 18/08/2021
PL 5630/2020	Estabelece diretrizes para as medidas de imunização contra a Covid-19, aplicáveis durante a vigência da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ou enquanto durarem os efeitos da pandemia.	Sâmia Bomfim	Apensado ao PL 5407/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5407/2020	-



PL 2044/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que "Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19", para garantir distribuição de vacinas aos municípios proporcionalmente ao quantitativo populacional.	Weliton Prado	Apensado ao PL 5340/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5340/2020	-
PL 1181/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores dos serviços de fornecimento de energia, água, esgoto, telefonia e coleta de lixo.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1228/2021	Inclui os trabalhadores da previdência social e do banco da caixa econômica federal entre os grupos considerados prioritários no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.	Chiquinho Brazão	Apensado ao PL 1192/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1192/2021	-
PL 2311/2021	Dispõe sobre a prioridade na vacinação de Ministros de Cultos Religiosos, em exercício, contra a Covid-19 Explicação: Altera a Lei 14.124 de 2021.	Eli Borges	Apensado ao PL 1373/2021	-	-	-
PL 1490/2021	Dispõem como prioridade no Plano Nacional de Vacinação, os Professores, as forças Policiais, bombeiros, bem como a inclusão dos membros eclesiásticos e pastores evangélicos no processo de imunização contra a Covid-	Dr. Gonçalo	Apensado ao PL 1373/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1373/2021	-



	19 nos municípios brasileiros e das outras providencias.					
PL 2796/2020	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 para estabelecer prioridade a profissionais da imprensa e da educação em campanhas de imunização.	Helder Salomão	Apensado ao PL 5316/2016	-	-	-
PL 711/2021	Determina que os profissionais de imprensa que estejam participando diretamente da cobertura da pandemia sejam incluídos no grupo prioritário de imunização contra a COVID-19.	Hildo Rocha	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 1180/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores dos Correios, telégrafos e entrega de encomendas.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1317/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para incluir os jornalistas e profissionais da imprensa no grupo prioritário da vacinação contra a Covid-19.	Dagoberto Nogueira	Apensado ao PL 711/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-711/2021	-
PL 431/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 aos professores, profissionais da educação especial, pessoas com deficiência e profissionais da segurança pública.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 5407/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5407/2020	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



PL 1581/2021	Determina que os cidadãos flagrados, identificados e que tenham subscrito Termo Circunstanciado por participação em aglomerações irregulares em desobediências às normas vigentes relativas à Pandemia COVID-19, serão excluídos das prioridades estabelecidas para operacionalização do Plano Nacional de Imunizações, em âmbito nacional.	Expedito Netto	CSSF - Pronta para Pauta	16/11/2021	CSSF - Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela rejeição deste, e do PL 2415/2021, apensado.	Carmen Zanotto - CSSF - 25/08/2021
PL 933/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir nos grupos de prioridade do calendário do Programa Nacional de Imunização - PNI, os profissionais da segurança pública e os professores da rede pública e privada de ensino.	Léo Moraes	Apensado ao PL 311/2021	-	-	-
PL 1030/2021	Determina a prioridade na vacinação contra a Covid 19 para profissionais da educação das redes pública e privada de ensino infantil, fundamental, médio, técnico, superior e profissionais de segurança pública.	Pedro Lucas Fernandes	Apensado ao PL 5407/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5407/2020	-
PL 1304/2021	Inclui na lei a caterorias de professores, policiais militares e bombeiros, na prioridade de vacinação contra a covid-19 Explicação: Altera a Lei nº 6.259 de 1975.	Josivaldo Jp	Apensado ao PL 311/2021	30/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF.	-
PL 679/2021	Dispõe sobre a inclusão dos profissionais da segurança pública dentre os grupos prioritários para a imunização contra a SARS-CoV-2 (COVID-19).	Celina Leão	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-
PL 2132/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir nos grupos de prioridade do calendário do Programa	Léo Moraes	Apensado ao PL 933/2021	-	-	-



	Nacional de Imunização - PNI, os profissionais da segurança pública.					
PL 800/2021	Determina a prioridade na vacinação contra a Covid-19 para os vigilantes.	Bacelar	Apensado ao PL 584/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-584/2021	-
PL 2659/2021	Inclui os estudantes participantes de intercâmbio no exterior como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Explicação: Altera a Lei nº 14.124 de 2021.	Luis Tibé	Apensado ao PL 4174/2020	-	-	-
PL 228/2021	Dispõe sobre a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o uso emergencial de vacinas contra a Covid-19 que já tenham o seu uso emergencial autorizado por instituição de vigilância sanitária estrangeira.	Diego Andrade	Apensado ao PL 5503/2020	-	-	-
PL 2027/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão de trabalhadores de hipermercados, supermercados, minimercados e mercearias como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Beto Rosado	Apensado ao PL 1190/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1190/2021	-
PL 1159/2020	Estabelece um marco regulatório para distribuição de medicamentos em domicílio a pacientes com enfermidades imunológicas a cargo da rede de assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde-SUS, durante o período de vigência de estado de emergência em saúde pública de importância nacional, em caso de catástrofes ou de circunstâncias graves que afetem a vida da Nação.	Flávio Nogueira	CSSF - Pronta para Pauta	-	-	Flávia Moraes - CSSF - 08/04/2021



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



CD237497898500

ExEdit

PL 4424/2020	Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a Campanha Nacional de Imunização contra a SARS-CoV-2 (COVID-19).	Tadeu Alencar	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 4798/2020	Altera a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para que o calendário de disponibilização da vacinação contra o HPV pelo Sistema Único de Saúde no ano de 2021 incorpore entre o público a ser vacinado as crianças que completarão 15 anos até o dia 31.12.2021.	Alexandre Padilha	CSSF - Aguardando Parecer	12/04/2021	CSSF - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 13/04/2021)	Jorge Solla - CSSF - 09/04/2021
PL 5378/2020	Altera a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que as pessoas com deficiência sejam priorizadas no processo de imunização contra a COVID-19.	Rejane Dias	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 5524/2020	Inclui as seguintes categorias de transporte de passageiros e cargos na lista de prioridade para vacinação à COVID-19.	Ruy Carneiro	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-
PL 5532/2020	Altera a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que as pessoas com deficiência, os professores em atividade e profissionais de segurança pública sejam priorizados no processo de imunização contra a COVID-19.	Mara Rocha	Apensado ao PL 5407/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5407/2020	-
PL 5577/2020	Determina que as pessoas com deficiência, seus tutores e curadores, e as mulheres chefes de famílias	Célio Studart	Apensado ao PL 5407/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5407/2020	-



	monoparentais, terão preferência na vacinação.					
PL 70/2021	Estabelece prioridade de imunização contra as SARS-CoV-2 (COVID-19) às pessoas de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal	Bira do Pindaré	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 310/2021	ACRESCENTA inciso XIII, ao art. 5º, da Lei nº 14.021, de 07 de julho de 2020 que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas e outras providências.	José Ricardo	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 584/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre critérios de elegibilidade para preferência na administração de vacinas contra a Covid-19.	Erika Kokay	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 1103/2021	Dispõe sobre a prioridade na vacinação contra o Covid-19 das pessoas com Síndrome de Down ou Autismo.	Pedro Lucas Fernandes	Apensado ao PL 590/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-590/2021	-
PL 1125/2021	Dispõe sobre a inclusão de famílias monoparentais na lista prioritária de vacinação contra a covid-19.	Felipe Carreras	Apensado ao PL 1120/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1120/2021	-
PL 1312/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19.	Edna Henrique	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-



PL 1405/2021	Inclui pessoas gestantes ou puérperas entre os grupos prioritários para imunização no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19, e dá outras providências.	Sâmia Bomfim	Apensado ao PL 936/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-936/2021	-
PL 1491/2021	Dispõem no Plano Nacional de Vacinação e imunização contra a Covid-19 nos municípios brasileiros as pessoas classificadas com Doenças Crônicas como prioridade: Portadores de HIV, Comorbidades, Diabéticos, Doenças Cardiovasculares e Anemia Falsiforme e das outras providências. Explicação: Alteração a Lei nº 6.259 de 1975.	Dr. Gonçalo	Apensado ao PL 203/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-203/2021	-
PL 1802/2021	Dispõe sobre a prioridade na vacinação contra Covid-19 das pessoas submetidas à cirurgia bariátrica.	Célio Silveira	Apensado ao PL 203/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-203/2021	-
PL 1834/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão do cuidador da criança com deficiência ou com doença debilitante grave como prioritário para a vacinação contra a Covid-19,	Dr. Luiz Ovando	Apensado ao PL 1832/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1832/2021	-
PL 1865/2021	Determina que gestantes, puérperas e lactantes de até dois anos, sem comorbidades, sejam incluídas na lista de prioridades do Plano Nacional de Imunização – Covid 19.	Alexandre Padilha	Apensado ao PL 936/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-936/2021	-
PL 1937/2021	Dispõe sobre a inclusão de pessoas com sequelas graves da Covid-19 entre os grupos prioritários para imunização no âmbito do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.	Fábio Trad	Apensado ao PL 203/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-203/2021	-
PL 2113/2021	Estabelece prioridade para vacinação de lactantes contra a Covid-19,	Lauriete	Apensado ao PL 936/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-936/2021	-



	independentemente da existência de comorbidade.					
PL 2120/2021	Estabelece a prioridade na vacinação contra a Covid-19 para beneficiários do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 70/2021	18/05/2022	MESA - Encerramento automático do Prazo de Recurso 18/05/2022 22:40:45. Não foram apresentados recursos.	-
PL 2177/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos doadores regulares de sangue como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Heitor Schuch	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 2854/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para garantir o direito a mais uma aplicação de vacina contra a Covid-19 às pessoas acima de 60 (sessenta) anos ou com comorbidades que comprovarem que seu organismo não gerou a resposta necessária à sua efetiva imunização.	Eduardo Bismarck	Apensado ao PL 2818/2021	21/09/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2818/2021	-
PL 3243/2021	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para determinar que os povos indígenas aldeados e aqueles que vivem fora de suas aldeias, sejam priorizados nos processos de imunizações.	Joenia Wapichana	Apensado ao PL 310/2021	-	-	-
PL 5462/2020	Determina que os profissionais de saúde, os agentes de segurança pública e profissionais de transporte coletivo que mantêm contato com o público terão preferência na vacinação. Explicação: Altera a Lei nº 13.979 de 2020.	Célio Studart	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 328/2021	Dispõe sobre a inclusão no grupo prioritário de imunização contra a Covid-19 de categorias de trabalhadores essenciais não contempladas pelo atual Plano de Vacinação.	Célio Silveira	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-



PL 1183/2021	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelecendo normas relativas as doenças para incluir os Profissionais de Segurança Pública, Educação e pessoas com deficiência física no Programa de Vacina contra a COVID-19 e dá outras providências.	Delegado Antônio Furtado	Apensado ao PL 311/2021	30/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF.	-
PL 1493/2021	Dispõe sobre alteração da Lei nº 13.979, de 2020, para que seja incluído no rol de priorização no processo de imunização contra a COVID-19 (Coronavírus), os profissionais que laboram na limpeza urbana e na coleta de lixo.	Dr. Leonardo	Apensado ao PL 1006/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1006/2021	-
PL 1510/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19, no que se refere à categoria dos trabalhadores do setor de limpeza urbana.	Acácio Favacho	Apensado ao PL 370/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-370/2021	-
PL 1656/2021	Dispõe sobre grupos prioritários a serem incluídos no calendário de vacinação do Covid-19.	Pr. Marco Feliciano	Apensado ao PL 1491/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1491/2021	-
PL 1792/2021	Altera as Leis n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e n.º. 14.124, de 10 de março de 2021, para incluir os profissionais de asseio, conservação e limpeza no grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, e dá outras providências.	Filipe Barros	Apensado ao PL 1006/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1006/2021	-



PL 1832/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos cuidadores familiares e profissionais de pessoas com deficiência intelectual ou com doença debilitante grave como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Lucio Mosquini	Apensado ao PL 1371/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1371/2021	-
PL 1872/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que os conselheiros tutelares sejam priorizados no processo de imunização contra a COVID-19.	Lafayette de Andrada	Apensado ao PL 1007/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1007/2021	-
PL 1954/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19.	Diego Andrade	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 2055/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, para incluir as empregadas domésticas, as diaristas, os trabalhadores da construção civil e os motoristas de aplicativos no grupo prioritário na vacinação contra a Covid-19.	Cássio Andrade	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 2506/2021	Modifica a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão, como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, os profissionais taxistas, moto-taxistas, motoboys, motoristas de aplicativos e de transporte público de passageiros.	Mauro Nazif	Apensado ao PL 1196/2021	-	-	-



PL 311/2021	Modifica a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelecendo normas relativas à notificação compulsória de doenças para assegurar a priorização aos trabalhadores da educação em campanhas de imunização e dá outras providências.	José Ricardo	Apensado ao PL 2796/2020	-	-	-
PL 368/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 aos professores da educação infantil e da educação especial.	Eduardo Bismarck	Apensado ao PL 275/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-275/2021	-
PL 464/2021	Dispõe sobre a inclusão dos profissionais da educação dentre os grupos prioritários para a imunização contra a SARS-CoV-2 (COVID-19).	Luciano Ducci	Apensado ao PL 5340/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5340/2020	-
PL 1131/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que os professores em atividade sejam priorizados no processo de imunização contra a COVID-19.	Rejane Dias	Apensado ao PL 275/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-275/2021	-
PL 230/2021	Todos pelo Esporte - Estabelece a prioridade máxima para a vacinação de atletas olímpicos brasileiros contra a Covid 19 .	Alexandre Frota	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 5480/2020	Inclui os trabalhadores do comércio na relação de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública Explicação: Altera a Lei nº 13.979 de 2020.	Luiz Carlos Motta	Apensado ao PL 584/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-584/2021	-



PL 1258/2021	Altera a Lei n.º 14.124 de 10 de março de 2021, para condicionar a possibilidade de exportações de vacinas contra a COVID-19 produzidas e fabricadas em território nacional a momento posterior à plena satisfação da demanda interna de imunização da população.	Carla Zambelli	Apensado ao PL 755/2021	-	-	-
PL 1289/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de supermercados e minimercados, mercearias, padarias e lojas de panificados; açougues e peixarias.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1190/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1190/2021	-
PL 1309/2021	Altera a Lei n. 14.124, de 10 março de 2021, para incluir os profissionais e trabalhadores da área do Meio Ambiente, no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no grupo prioritário para vacinação contra a COVID-19.	Afonso Florence	Apensado ao PL 584/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-584/2021	-
PL 1195/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de Profissionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1866/2021	Determina que a categoria de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS sejam incluídos na lista de prioridades do Plano Nacional de Imunização – Covid 19.	Alexandre Padilha	Apensado ao PL 1092/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1092/2021	-



PL 4023/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para fixar diretrizes para a distribuição de vacinas contra a Covid-19 à população.	Senado Federal - Alessandro Vieira	CSSF - Aguardando Parecer	09/04/2021	CSSF - Designada Relatora, Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Paula Belmonte - CSSF - 09/04/2021
PL 5407/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, para determinar sobre a gratuidade e a distribuição de vacinas contra o Covid-19 à população.	Hercílio Coelho Diniz	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 203/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que os pacientes renais crônicos, pacientes transplantados e portadores do vírus HIV sejam priorizados no processo de imunização contra a COVID-19	Mara Rocha	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 275/2021	Determina a prioridade na vacinação contra a Covid 19 para professores das redes públicas e privadas de ensino infantil, fundamental, médio e superior.	Alexandre Frota	Apensado ao PL 5407/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5407/2020	-
PL 555/2021	Altera redação da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para incluir na lista de profissionais com atendimento preferencial na vacinação os trabalhadores da educação com lotação e desempenho de atividades nas escolas.	Zé Neto	Apensado ao PL 464/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-464/2021	-



PL 559/2021	Determina que os Grupos de Risco e os pacientes oncológicos terão preferência na vacinação contra a COVID-19.	André Janones	Apensado ao PL 203/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-203/2021	-
PL 590/2021	Inclui as Pessoas com Síndrome de Down entre os grupos prioritários para a imunização no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19.	Wilson Santiago	Apensado ao PL 5378/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5378/2020	-
PL 903/2021	Inclui os pacientes oncológicos e os portadores de doenças que comprovadamente aumentam o risco de óbito do infectado em grupo de risco com direito à prioridade de vacinação contra o vírus da COVID-19, na forma que especifica.	Guilherme Mussi	Apensado ao PL 559/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-559/2021	-
PL 915/2021	Dispõe sobre a priorização dos profissionais de segurança pública para a Imunização contra a COVID-19.	Emanuel Pinheiro Neto	Apensado ao PL 679/2021	06/07/2021	MESA - Retirado o PL n. 915/2021, em razão do deferimento do Requerimento n. 1.457/2021, nos termos do artigo 104, caput, combinado com o artigo 114, VII, ambos do RICD.	-
PL 955/2021	Altera a Lei nº 6.259, de 1975, para prever que, em caso de pandemia, os profissionais de saúde e de segurança pública que fizerem parte do público alvo da vacina devem constar no Programa Nacional de Imunizações como primeiro grupo a receber a vacinação.	Capitão Augusto	Apensado ao PL 5316/2016	-	-	-
PL 1002/2021	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 para considerar os agentes funerários como grupo prioritário nas campanhas de vacinação contra a COVID-19 e pandemias com alto índice de fatalidade.	Bibo Nunes	Apensado ao PL 2796/2020	30/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF.	-
PL 1006/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação	Eduardo Bismarck	Apensado ao PL 370/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-370/2021	-



	prioritária contra a Covid-19 aos agentes de limpeza pública.					
PL 1007/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 aos Conselheiros Tutelares.	Eduardo Bismarck	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 1008/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para determinar que os agentes funerários serão considerados profissionais da saúde para fins de priorização na vacinação contra a covid-19.	Eduardo Bismarck	Apensado ao PL 328/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-328/2021	-
PL 1052/2021	Determina que os brasileiros inscritos no CadÚnico terão preferência na vacinação contra a COVID-19.	André Janones	Apensado ao PL 70/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-70/2021	-
PL 1073/2021	Dispõe sobre a priorização dos motoristas de serviços essenciais relacionados à saúde e profissionais que fazem entrega ("delivery") para a imunização contra a COVID-19.	Pedro Augusto Bezerra	Apensado ao PL 5524/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5524/2020	-
PL 1092/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 2021, para incluir os trabalhadores do Serviço Único de Assistência Social e trabalhadores de serviços essenciais no grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19.	Zeca Dirceu	Apensado ao PL 328/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-328/2021	-
PL 1118/2021	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelecendo normas relativas à notificação compulsória de doenças para incluir os profissionais que prestam serviços em estabelecimentos lotéricos no Programa de Vacina contra a COVID-19 e dá outras providências.	André Figueiredo	Apensado ao PL 311/2021	30/04/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF.	-



PL 1120/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para incluir no grupo prioritário de vacinação o único responsável por crianças na idade da primeira infância em virtude de falecimento por Covid-19. (LEI DR. GUSTAVO DE F. CAVALCANTI COSTA)	Silvio Costa Filho	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 1154/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão de todos os trabalhadores das atividades essenciais, públicas ou privadas, como grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19.	Evair Vieira de Melo	Apensado ao PL 584/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-584/2021	-
PL 1155/2021	Dispõe sobre a prioridade de viúvos e viúvas, chefes de famílias monoparentais, que sejam pais ou mães de crianças ou adolescentes, na vacinação contra o Covid-19.	Raul Henry	Apensado ao PL 1125/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1125/2021	-
PL 1159/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para dar acesso prioritário à vacinação aos profissionais que processam, manipulam ou descartam resíduos de serviços de saúde.	Vavá Martins	Apensado ao PL 370/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-370/2021	-
PL 1160/2021	Determina a prioridade na vacinação contra a Covid 19 para portadores de doenças que necessitem de tratamento quimioterápico ou radioterápico e transplantados.	Alexandre Frota	Apensado ao PL 559/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-559/2021	-
PL 1166/2021	Estabelece prioridade de imunização contra a SARS-CoV-2 (COVID 19) aos professores das redes públicas e privadas de ensino infantil, fundamental, médio e superior.	Flávio Nogueira	Apensado ao PL 275/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-275/2021	-



PL 1186/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de óticas	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1194/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de profissionais do Samu e motoristas de ambulâncias.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 584/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-584/2021	-
PL 1373/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de líderes religiosos.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1375/2021	Dispõe sobre a vacinação de trabalhadores dos serviços de transporte rodoviário, policiais penais e vigilantes e profissionais de segurança privada e Notários Registradores e funcionários de cartórios extrajudiciais contra COVID-19.	Zé Neto	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1438/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos usuários de transporte público coletivo como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Nílto Tatto	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-
PL 1441/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19.	Zé Neto	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 1476/2021	Projeto de Lei que dá prioridade no Plano Nacional de Imunização a categoria de pastores, eclesiásticos, padres, freiras, e demais sacerdotes na atuação de atividades religiosas.	Josivaldo Jp	Apensado ao PL 2796/2020	-	-	-
PL 1549/2021	Dispõe sobre a inclusão dos atletas que representam o País em competições internacionais como grupo prioritário no	Danrlei de Deus Hinterholz	Apensado ao PL 230/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-230/2021	-



	Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.					
PL 1669/2021	Estabelece prioridade de imunização contra a Covid-19 aos professores das redes públicas e privadas de ensino infantil, fundamental, médio e superior.	José Nelto	Apensado ao PL 275/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-275/2021	-
PL 1684/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos trabalhadores do saneamento básico como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Orlando Silva	Apensado ao PL 1213/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1213/2021	-
PL 1759/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 2021, para dispor que o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, deverá considerar os bancários e demais trabalhadores de instituições financeiras em contato com o público como prioritários na vacinação contra a Covid-19.	Gastão Vieira	Apensado ao PL 1505/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1505/2021	-
PL 1766/2021	Dispõe sobre a priorização dos motoristas para imunização contra a COVID19.	Pedro Augusto Bezerra	Apensado ao PL 1182/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1182/2021	-
PL 1859/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos acadêmicos dos cursos superiores da área da saúde cuja grade curricular incluir a frequência a estabelecimentos de saúde públicos ou privados como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Lucio Mosquini	Apensado ao PL 1371/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1371/2021	-
PL 1909/2021	Dispõe sobre a inclusão dos grupos que especifica nas prioridades de vacinação contra a COVID-19.	Rafafá	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



PL 1978/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19	Geninho Zuliani	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 2007/2021	Dispõe sobre a priorização da imunização dos caminhoneiros, no âmbito do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.	Newton Cardoso Jr	Apensado ao PL 1506/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1506/2021	-
PL 2036/2021	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 para considerar os trabalhadores do setor de turismo como grupo prioritário nas campanhas de vacinação contra a COVID-19 e pandemias com alto índice de fatalidade.	Bibo Nunes	Apensado ao PL 2796/2020	-	-	-
PL 2096/2021	Dispõe sobre a prioridade, no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, de imunização dos líderes religiosos no processo nos municípios brasileiros e das outras providências.	André Fufuca	Apensado ao PL 4998/2020	-	-	-
PL 2375/2021	Inclui os trabalhadores de postos de combustíveis no rol de grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19.	Beto Rosado	Apensado ao PL 1185/2021	-	-	-
PL 2910/2021	Determina a aplicação de terceira dose ou reforço dos imunizantes contra a Covid-19;	Alexandre Frota	Apensado ao PL 2818/2021	21/09/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-2818/2021	-
PL 4615/2020	Inclui no grupo prioritário de vacinação contra a gripe e o coronavírus, quando estiver disponível, as categorias que especifica.	Ney Leprevost	Apensado ao PL 1504/2020	-	-	-
PL 370/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que os profissionais que laboram na limpeza urbana e na coleta de lixo e os cuidadores - sejam familiares ou contratados - de idosos, que atuem nos	Mara Rocha	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-



	domicílios, sejam priorizados no processo de imunização contra a COVID-19					
PL 1014/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 a todos os profissionais cujas atividades são consideradas essenciais para a população.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 584/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-584/2021	-
PL 1152/2021	Dispõe que os profissionais que atuam nos "serviços essenciais" integrarão o grupo prioritário para receber as vacinas destinadas a imunizar a população contra a infecção causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.	Boca Aberta	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1182/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de transporte urbano intramunicipal, intermunicipal e interestadual.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-
PL 1185/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de postos de combustíveis.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1189/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de hospitais, clínicas e consultórios médicos, de fisioterapia e pilates, odontológicos, laboratórios e farmacêuticas.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



PL 1190/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de estabelecimentos comerciais de alimentação e centros de distribuição de alimentos e bebidas.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1191/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de clínicas veterinárias	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1192/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores de agências bancárias, lotéricas, correspondentes bancários, call centers bancários, vigilantes bancários e postos de atendimentos de transportes públicos	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 1014/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1014/2021	-
PL 1193/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de trabalhadores da aviação civil.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 584/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-584/2021	-
PL 1196/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 de entregadores, trabalhadores de transporte por aplicativos e taxista.	Pompeo de Mattos	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-
PL 1203/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19.	Abou Anni	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-
PL 1209/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 a todos os profissionais cujas atividades são	Orlando Silva	Apensado ao PL 1180/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1180/2021	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



	consideradas essenciais para a população.					
PL 1213/2021	Altera a Lei 14.124, de 10 de março de 2021, para incluir os trabalhadores da área de saneamento básico no grupo prioritário para vacinação contra a COVID-19.	Afonso Florence	Apensado ao PL 1181/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1181/2021	-
PL 1218/2021	Estabelece a prioridade de vacinação para entregadores, motoristas, motociclistas e outros vinculados a aplicativos de entrega de alimentação ou mercadoria	Alexandre Frota	Apensado ao PL 1196/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1196/2021	-
PL 1234/2021	Determina que os trabalhos dos profissionais bancários sejam considerados serviços essenciais para fins de preferência na vacinação Explicação: Altera a Lei nº 13.979 de 2020.	Vinicius Farah	Apensado ao PL 1192/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1192/2021	-
PL 1306/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir nos grupos de prioridade do calendário do Programa Nacional de Imunização – PNI, os trabalhadores de aplicativos e os taxistas.	Léo Moraes	Apensado ao PL 2796/2020	-	-	-
PL 1328/2021	Altera a Lei 14.124, de 10 de março de 2021, para incluir os trabalhadores Catadores de Material Reciclável no grupo prioritário para vacinação contra a COVID-19.	Afonso Florence	Apensado ao PL 370/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-370/2021	-
PL 1345/2021	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 2020, para garantir o acesso prioritário à vacinação contra COVID-19 a todos os profissionais de campo da indústria de equipamentos e dispositivos médicos.	Pedro Westphalen	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



PL 1371/2021	Dispõe sobre a vacinação de trabalhadores dos serviços de saúde contra COVID-19.	Edna Henrique	Apensado ao PL 1189/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1189/2021	-
PL 1505/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19.	Acácio Favacho	Apensado ao PL 1192/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1192/2021	-
PL 1546/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para dar acesso prioritário à vacinação aos profissionais dos serviços essenciais.	Severino Pessoa	Apensado ao PL 1154/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1154/2021	-
PL 1979/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos motoboys e entregadores de aplicativos como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Beto Rosado	Apensado ao PL 1218/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1218/2021	-
PL 1998/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão dos jornalistas e profissionais de imprensa como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19.	Vanderlei Macris	Apensado ao PL 1317/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1317/2021	-
PL 2095/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, para determinar a prioridade da distribuição de vacinas aos trabalhadores de padaria e supermercado.	Pinheirinho	Apensado ao PL 1190/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1190/2021	-
PL 2098/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fixar diretrizes que orientem a vacinação e cobertura contra a covid-19.	Felipe Carreras	Apensado ao PL 1190/2021	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1190/2021	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



* C D 2 3 7 5 9 2 8 8 5 0 0 *

PL 2178/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fixar diretrizes que orientem a vacinação e cobertura contra a covid-19.	Felipe Carreras	Apensado ao PL 4174/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-4174/2020	-
PL 2190/2021	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelecendo normas relativas à notificação compulsória de doenças para incluir profissionais da área de limpeza de autarquias públicas e servidores de limpeza urbana como prioridade no Programa de Vacinação contra a COVID-19.	Tiririca	Apensado ao PL 2796/2020	-	-	-
PL 1398/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19.	Edna Henrique	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-
PL 1506/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a priorização dos grupos de que trata na vacinação contra a Covid-19.	Acácio Favacho	Apensado ao PL 5462/2020	30/06/2021	CSSF - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-5462/2020	-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237497898500>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto



CD237497898500